

**NIEP
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Revolução como construção original e heróica de um povo: o socialismo na perspectiva de Mariátegui			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
José Carlos Freire	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	Docente
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>O presente trabalho pretende realizar uma aproximação ao marxismo de José Carlos Mariátegui (1894-1930), reconhecido como o primeiro e mais original pensador da América Latina a analisar a realidade nacional a partir do marxismo. O marxismo lhe aparece com duplo papel: de explicação da formação histórica peruana e de projeto revolucionário. O trabalho recorta textos produzidos pelo autor em seus últimos anos de vida (1928-1930), nos quais trata diretamente da realidade peruana e do socialismo. Dois momentos marcam nosso estudo: no primeiro, os combates realizados por Mariátegui, concomitantemente, ao modelo de anti-imperialismo de Haya de La Torre – líder político peruano – e à ortodoxia da III Internacional Comunista – representada na América Latina pelo dirigente do Secretariado Sul-Americano Victorio Codovilla. Guardadas as diferenças, as posições de La Torre e Codovilla têm em comum a referência ao evolucionismo etapista da história, segundo o qual, na América Latina, seria necessário primeiro realizar-se a revolução democrático-burguesa para que, na seqüência, fosse possível a revolução socialista. No segundo momento, trataremos de apresentar a proposta de socialismo indo-americano de Mariátegui. Pretende-se, ao final, evidenciar o aspecto do pensamento de Mariátegui que articula os dois momentos: a convicção de que a revolução burguesa poderia ter ocorrido e não ocorreu, cabendo, agora realizar a um só tempo a superação da estrutura colonial – a revolução nacional – e da ordem burguesa – a revolução socialista. Socialismo este que não seja decalque ou cópia do modelo europeu ou russo, mas sim construção original e heróica do povo peruano e latino-americano.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Mariátegui; Peru; Socialismo.			
ABSTRACT			
<p>The paper presents an approach to Marxism José Carlos Mariátegui (1894-1930), recognized as the first and most original thinker in Latin America to analyze the national situation from Marxism. Marxism appears with her dual role: to explain the historical formation and Peruvian revolutionary project. The job cuts, the vast work of the author, texts produced in his last years of life (1928-1930), in which comes directly from the Peruvian reality and socialism. Two moments mark our study: first, the fighting done by Mariátegui, concomitantly, the anti-imperialism of Haya de La Torre - Peruvian political leader - and the orthodoxy of the Third Communist International - Latin America represented by the head of the Secretariat South American Victorio Codovilla. Loosely differences, the positions of La Torre and Codovilla have in common stageist reference to the evolution of the story, according to which, in Latin America, it would be necessary first to carry the bourgeois democratic revolution that, in sequence, were Can the socialist revolution. Secondly, we will try to present the proposed Indo-American socialism Mariátegui. It is intended, in the end, show the appearance of Mariátegui's thought which articulates the two moments: the conviction that the bourgeois revolution could have been and was not, being now perform one time overcoming the colonial structure - the revolution national - and the bourgeois order - the socialist revolution. Socialism than this decal and not copy the European model or Russian, but the original and heroic construction of people of Peru and of Latin America.</p>			
KEYWORDS			
Mariátegui; Peru; Socialism.			
EIXO TEMÁTICO			
Marxismo e América Latina			

Revolução como construção original e heróica de um povo: o socialismo na perspectiva de Mariátegui

José Carlos Freire¹

Introdução

Não queremos que o socialismo seja na América decalque ou cópia. Deve se criação heróica. Temos que dar vida, com nossa própria realidade, em nossa própria linguagem, ao socialismo indoamericano. Está aqui uma missão digna de uma geração nova.
(José Carlos Mariátegui)

Nos estudos da história da América Latina é comum adotar-se como ponte partida os processos de independência que eclodiram na passagem do século XVIII para o XIX. Ali, teríamos um divisor de águas entre a *antiguidade* colonial e a *modernidade* republicana. A questão nos parece, porém, mais complexa e delicada.

Se os movimentos de independência das nações latino-americanas ensaiavam o início de governos liberais e democráticos para a América Latina, superando de vez o atraso de três séculos, a história pós-independência apontará para algo contraditório: a manutenção da herança colonial².

A institucionalidade republicana não foi conseqüência da participação ampla de diferentes camadas sociais. Capitaneou-a, desde o início, a elite *criolla*, subalternizando as camadas populares e seus problemas. Portanto, a classe que detinha o poder econômico passou a ter também o poder político; rompeu com a coroa espanhola (no Brasil, a portuguesa) não para ter mais autonomia, mas para manter seus privilégios (POMER, 1981, p.12-13). Para isso, adotou incondicionalmente a orientação da Inglaterra, nova potência comercial mundial.

Evidente que os processos não se deram de modo pacífico e passivo, como se os estamentos senhoriais pudessem sem mais e sem ser notados metamorfosear-se em homens de Estado. Houve lutas como no Peru de Tupac Amaru, no Hayti de Toussaint Louverture; houve tentativas de construções originais de nova ordem sócio-econômica como no baixo Plata de José Artigas ou no Paraguai de José Gaspar Rodríguez . Houve Bolívar, San Martín, Sucre e tantos outros. No entanto, mesmo com nuances distintas, houve, indiscriminadamente, uma mesma postura da elite em todas as antigas colônias espanholas e portuguesa: a opção pela subserviência à metrópole. Altera-se o mando, de Espanha e Portugal para Inglaterra; mantém-se a mentalidade colonizada.

O Peru tem traços próprios, evidentemente, sobretudo se considerada a população majoritariamente indígena e a herança inca. Desgraçadamente, porém, sua formação se assemelha à

¹ Professor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Membro do Grupo de Estudo de Pensamento Latino-Americano. Mestre Filosofia pela Faculdade São Bento.
Endereço eletrônico: freire.jose@ufvjm.edu.br.

² Para uma visão geral dos processos de independência na América Latina, remetemos ao estudo de Pomer (1981).

das demais ex-colônias: a elite *criolla*³: formou um Estado, mas não constituiu efetivamente uma nação soberana.

Proclamada a Independência em 1821 e a República em 1827, o Peru enfrenta nas décadas seguintes uma seqüência de governos interinos, juntas militares, golpes de Estado. Os governos eleitos diretamente – o primeiro somente em 1851 – não alteram o quadro predominante do caudilhismo, fenômeno que, de modo geral, marca os países da América Latina no período que vai da Independência até o final do século XIX.

Ao caudilhismo, quase sempre de natureza militar, opôs-se a perspectiva de construção de uma hegemonia burguesa, dirigida pelo Partido Civil, criado em 1871 com a reunião de grandes proprietários urbanos, homens de negócios, intelectuais, entre outros. O Partido Civil governa o país pela primeira vez com Manuel Pardo, eleito em 1972.

Com a Guerra do Pacífico (1879-1883)⁴, há uma crescente adequação do civilismo à velha política *criolla*, culminando com a aliança, em 1895, com o Partido Democrata de Nicolás Piérola, que já governara o Peru, mediante golpe militar, vinte anos antes (ESCORSIM, 2006, p.16-17).

O Partido Civil permanece no poder de 1895 a 1919, quando um golpe militar leva à Presidência Augusto Leguía. Por ter sido presidente de 1908 a 1912 e acenado, no período, para um estilo distinto, Leguía representou em 1919 uma expectativa tácita de superação da política oligárquica vigente desde a fundação da República e aprofundada desde 1895. Ocorre que o período de seu governo (1919-1930), conhecido como *oncenio*, tem um resultado pior que o velho civilismo: as possibilidades de um projeto nacional, burguês e autônomo, são encerradas (*Idem*, 2006, p.18). Seu governo se orienta totalmente pelo imperialismo estadunidense e coroa um processo que consolida os traços da sociedade sobre os quais Mariátegui refletirá em suas obras:

O corte entre a “costa” (dinâmica e branca) e a “serra” (atrasada e indígena), a economia controlada por uma pequena camada de nacionais privilegiados (na agricultura, os latifundiários – os *gamonales* -; no comércio, frações burguesas) e subordinada ao imperialismo inglês (senhor do comércio exterior, das rodovias e dos bancos). Esse imperialismo, muito ligado à exploração do guano e do salitre, que perderão gradativamente sua importância após a guerra com o Chile, só será deslocado pelo estadunidense (presente desde os últimos anos do século 19) na década de 1920, com o país dirigido por Leguía (*Idem*, p.17-18)

É interessante notar como a vida de Mariátegui coincide exatamente com o período em que a sociedade peruana faz um balanço do passado colonial e inaugura um período novo burguês e capitalista. No entanto, não se trata de um corte radical: ao mesmo tempo em que há

³ *Criollo*: pessoa descendente de europeus que tenha nascido na América. Mantivemos no texto a expressão em espanhol.

⁴ Conflito entre o Chile, de um lado, e Bolívia e Peru de outro. Na Guerra, o Peru perdeu regiões ricas em recursos naturais como o salitre e a Bolívia perdeu sua saída para o mar.

descontinuidade em relação à sociedade colonial há também continuidade, numa complexa combinação entre o velho e o novo, entre os principais elementos da herança colonial – apenas modificados no final do século XIX e início do XX – e os elementos próprios do capital monopolista de controle imperialista (QUIJANO, 2007, p.XI).

É importante ter em vista esse quadro, pois o ascenso dos movimentos sociais urbanos e indígenas durante o *leguísimo* travarão um fervoroso debate sobre as possibilidades de se “completar” a revolução nacional-democrática burguesa interrompida após a Guerra – criando de fato uma sociedade peruana autônoma – e a necessidade de superação da própria ordem burguesa pela revolução socialista. No interior deste debate, de modo criativo e polêmico, insere-se Mariátegui, com sua proposta de um socialismo original, não por ser algo constituído *ex nihilo*, mas por ser próprio, por partir não de uma fórmula previamente estabelecida, e sim da história mesma do Peru: será um socialismo construído heroicamente pelos trabalhadores peruanos, em sintonia com o movimento internacional.

Para compreender alguns traços desse debate e, conseqüentemente, o modo como Mariátegui compreendia a revolução e por ela orientava sua atividade teórica e política, partiremos, inicialmente, de uma abordagem sobre a *formação econômica peruana*, seguindo a divisão de períodos indicada pelo próprio Mariátegui. Em seguida, procuraremos demonstrar como o contexto do autor é marcado por uma tensão entre a revolução *burguesa atrasada e a revolução socialista em construção*. Na terceira seção, faremos breves apontamentos sobre o que Mariátegui compreendia como as *tarefas centrais da revolução socialista no Peru*. Por fim, buscaremos compreender os elementos mais importantes do *debate polêmico de Mariátegui com Haya de La Torre e com a Internacional Comunista*.

Antes de seguirmos, uma observação se faz necessária. É recorrente na esmagadora maioria dos comentadores de Mariátegui a sua classificação como o fundador do marxismo latino-americano ou como, numa fórmula que nos parece mais apropriada, o primeiro e mais original pensador da América Latina a analisar a realidade nacional a partir do marxismo. Embora não seja nosso propósito neste trabalho um estudo do marxismo de Mariátegui⁵, devemos ter claro o modo pelo qual este se aproximou daquele.

Para isto, vale a posição de Florestan Fernandes, com a qual corroboramos:

Não foi o marxismo que levou Mariátegui à revolução. Ao revés, foi sua inquietação intelectual e seus anseios políticos revolucionários, ambos intrinsecamente peruanos embora universalizados e universalistas, que o levaram ao marxismo (1975, p.XVI).

⁵ Para um estudo pormenorizado do marxismo de Mariátegui remetemos a Escorsim (2006, p.77-138) e Quijano (2007, p. XL-LXXVI)

No mesmo texto, o sociólogo brasileiro nos adverte quanto aos objetivos de Mariátegui: muito mais do que ser um propagador fanático e dogmático do marxismo, sua preocupação central era a de adaptar a teoria revolucionária a uma situação histórica potencialmente revolucionária ou, em outras palavras, a história exigia uma reflexão teórica que correspondesse às tarefas revolucionárias concretas (*Idem*, p.XVII).

Na abertura dos *Siete Ensaïos*, Mariátegui adverte ao leitor:

Mi pensamiento y mi vida constituyen una sola cosa, un único proceso. Y si algún mérito espero y reclamo que me sea reconocido es el de [...] meter toda mi sangre en mis ideas.[...] Toda esta labor no es sino una contribución a la crítica socialista de los problemas y la historia del Perú [...] Mis juicios se nutren de mis ideales, de mis sentimientos, de mis pasiones. Tengo una declarada y enérgica ambición: la de concurrir a la creación del socialismo peruano. Estoy lo más lejos posible de la técnica profesoral y del espíritu universitario (2007, p.33-34)

Segundo o mesmo Florestan Fernandes, o marxismo aparece a Mariátegui como método apropriado para se entender a história e as possibilidades de transformá-la:

A atração de Mariátegui pelo marxismo [...] brota da descoberta de uma resposta à sua ansiedade de observar, representar e explicar os processos históricos de longa duração e de uma proposta revolucionária concomitante, que vincula dialeticamente passado, presente e futuro. Colonização e descolonização, revolução social e ser peruano e latino-americano entrelaçavam-se irreversivelmente (1995, p.20).

Essas breves considerações sobre o modo criativo de aproximação de Mariátegui com o marxismo são suficientes para que ressalvemos, na introdução de nosso texto, o aspecto da linguagem, ou melhor, o seu rigor, algo tão caro à técnica profesoral e ao espírito universitário a que se referia o autor e que vige em nossos tempos.

São vários os pontos *fracos* do texto de Mariátegui que poderiam ser trabalhados como limites de seu marxismo⁶. Destacamos apenas um que, em nossa abordagem, torna-se mais relevante. Trata-se do uso indiscriminado de Mariátegui da categoria *feudalismo* ou *feudal* quando se refere à sociedade peruana ainda centrada no latifúndio, no *gamonalismo*⁷ predominante na serra.

Sustentamos que, embora hoje considerada inadequada ou infeliz (FERNANDES, 1975, p.XVIII), esta terminologia em Mariátegui não compromete o essencial de sua obra: mostrar como a economia peruana avança para um modelo burguês sem abandonar seus traços coloniais (MARIÁTEGUI, 2007, p.40). Mais do que se fiar por um rigorismo terminológico ao usar termos como *economia feudal* ou da *sociedade feudal* ou *feudalismo* o revolucionário peruano pretende

⁶ Entre esses pontos, Quijano destaca a aproximação de Mariátegui com o pensamento de Georges Sorel (2007, p.LXXIII).

⁷ Forma específica de dominação política local dos grandes fazendeiros. Mantivemos a grafia em espanhol.

elucidar uma contradição latente da sociedade peruana: na medida em que se desenvolve o capitalismo, aprofundam-se as relações de servidão. Dito de outro modo, não há contradição entre manutenção de relações feudais ou semifeudais e avanço do capitalismo. Ao contrário, há uma funcionalidade da herança colonial – feudal ou semifeudal – ao capitalismo peruano: quanto maior a servidão, menor o valor da força de trabalho.

Essa digressão, longe de exaurir um tema tão complexo, tem como propósito meramente justificar o uso mais ou menos livre que faremos da terminologia de análise da sociedade, seguindo o próprio Mariátegui. Ainda assim, parece-nos importante sustentar que a leitura de Mariátegui não nos autoriza a uma compreensão dualista entre um *feudalismo* e um *capitalismo* presentes na sociedade peruana, entendidos reduzidamente na perspectiva da relação comercial, aspecto que definiria a diferença entre um modo de produção e outro⁸. Nesse caso, haveria na costa um capitalismo como na Europa atual – mercantil – e, na serra, um feudalismo como na Europa antiga – de subsistência.

Mais acertado nos parece o entendimento de que, em Mariátegui, acentua-se como traço fundamental de distinção entre feudalismo e o capitalismo não a *circulação da produção* e sim as *relações de produção*: no primeiro, baseadas na servidão e aspectos extra-econômicos como o mandonismo, justificação religiosa etc., que aprofundam a exploração; no segundo, baseada no assalariamento. Por isso é enfático em afirmar que a exploração do proletário urbano e rural no Peru não é desconectada ou oposta à exploração do índio na serra: são duas faces de uma mesma sociedade que se torna capitalista sem eliminar seus traços de feudalidade.

1. Formação econômica peruana e a herança colonial

Para uma visão sumária do processo de formação econômica peruana, adotamos a divisão em quatro períodos sugerida pelo próprio Mariátegui. Isto se justifica pelo fato de que, em seu estudo, os fatores econômicos são preponderantes. Conseqüentemente, mais relevante e determinante que governos ou partidos no poder é o processo mesmo de desenvolvimento do capitalismo mundial. Este condiciona, *de fora*, o modo como aqueles governam *para dentro*.

Na interpretação de Mariátegui, há quatro capítulos que marcam a formação econômica do Peru. O *primeiro* é a conquista. O vice-reinado implica a substituição de uma economia de traços comunais por outra com traços feudais. Todo o período colonial é marcado por esta tensão, em que a população indígena oscila entre o extermínio e a exploração servil.

⁸ Sobre a questão do dualismo, remetemos ao estudo de LACLAU (1978), em que o autor polemiza com as posições de André Gunder Frank.

O *segundo capítulo* da evolução econômica peruana se dá com a independência. Uma vez que a conquista engendrara o processo de formação da economia colonial, a independência aparecerá determinada por este processo. Evidentemente, há como nas demais colônias, uma influência dos ideais da Revolução Francesa, sobretudo na população *criolla*. No entanto, são os fatores econômicos como o monopólio da coroa e o impulso das forças produtivas que entravam o desenvolvimento do Peru e, portanto, determinam o andamento da independência política⁹.

Por esse prisma, o preponderante papel da Inglaterra no processo de independência nada mais é do que expressão de uma convergência de necessidades da população *criolla* com o do desenvolvimento mesmo do capitalismo mundial. Por isso, apenas realizada a independência, o mesmo impulso que a ela levou as nações da América Latina propiciou o novo modo de relação comercial com a civilização ocidental: o envio às nações centrais de produtos do solo e do subsolo e a importação de máquinas e produtos industrializados pelas antigas colônias.

Considerando-se as condições específicas do Peru, o resultado do processo de independência será a “transformación de una economía feudal en economía más o menos burguesa” (2007, p.13). O que nos leva ao *terceiro capítulo*, que trata da formação econômica peruana com início na descoberta da riqueza do guano e do salitre (1840) e o caso na sua perda (1870), quando da Guerra do Pacífico.

Fica evidente o aspecto constante da economia colonial do Peru – orientada sempre de fora – quando se toma o caso destes produtos:

Empecemos por constatar que al guano y al salitre, sustancias humildes y groseras, les tocó jugar en la gesta de la República un rol que había parecido reservado al oro y a la plata en tiempos más caballerescos y menos positivistas. España nos quería y nos guardaba como país productor de metales preciosos. Inglaterra nos prefirió como país productor de guano y salitre. Pero este diferente gesto no acusaba, por supuesto, un móvil diverso. Lo que cambiaba no era el móvil; era la época (MARIÁTEGUI, 2007, p.13).

Dado o novo contexto industrial, há não somente a exigência de novos produtos, mas também o avanço no modo de produção: enquanto o ouro e a prata, como o carvão e o cobre, exigiam o enfrentamento das montanhas e enormes distâncias, o salitre e o guano situavam-se na costa. Melhoria das condições de quem extrai riqueza, mudança do papel de quem as fornece.

Mas a importância do guano e do salitre é ainda maior. Com eles, concomitante à constituição de um modo capitalista, forma-se, de fato, uma burguesia peruana. Na sua origem, inclusive, estará o traço marcante de uma formação confusa e limitadora, portanto, de seu papel de classe:

⁹ Fiel ao processo histórico, porém, Mariátegui não deixa de apontar o caráter de luta dos povos indígenas: “Cuando se habla de la actitud del indio ante sus explotadores, se suscribe generalmente la impresión de que, envilecido, deprimido, el indio es incapaz de toda lucha, de toda resistencia. La larga historia de insurrecciones y asonadas indígenas y de las masacres y represiones consiguientes, basta por sí sola para desmentir esta impresión (MARIÁTEGUI, 2010, p.77)

Las utilidades del guano y del salitre crearon en el Perú, donde la propiedad había conservado hasta entonces un carácter aristocrático y feudal, los primeros elementos sólidos de capital comercial y bancario. Los *profiteurs* directos e indirectos de las riquezas del litoral empezaron a constituir una clase capitalista. Se formó en el Perú una burguesía, confundida y enlazada en su origen y su estructura con la aristocracia, formada principalmente por los sucesores de los encomenderos y terratenientes de la colonia, pero obligada por su función a adoptar los principios fundamentales de la economía y la política liberales (MARIÁTEGUI, 2007, p. 14-15).

Se o processo de independência pôde ocorrer sem que houvesse uma burguesia, já que no Peru faltavam os elementos de uma ordem liberal burguesa, nos primeiros anos da república, em que predomina o caudilhismo militar, as concessões do Estado e os lucros do guano forjam um capitalismo e uma burguesia.

Notoriamente, a orientação consumista e o parasitismo fruto da renda procedente do guano e do salitre estabelecem uma característica de dependência congênita na burguesia peruana: incapaz de realizar uma acumulação interna, ela faz com que se acelerem volumosos empréstimos da Inglaterra e França (QUIJANO, 2007, p.XV).

Disto decorre o caráter retardado da formação burguesa peruana – semelhante às demais burguesias latino-americanas: no lugar de uma classe ascendente com perspectiva de autonomia nacional que força a superação do *antigo regime* – no caso, um regime colonial – para a efetiva mudança do modo de produção, o que há é uma formação econômica orientada de fora que forja um capitalismo deficiente – por haver comércio mas não haver o espírito mercantil burguês – e que, por isso, exige a constituição de uma burguesia. Desde a origem, uma classe deformada.

É com Manuel Pardo, do Partido Civil, eleito em 1972, que se acena para uma modernização do Peru. Pardo representa a síntese do que seria a burguesia peruana: embora pautado num projeto de desenvolvimento nacional e com algumas medidas modernizantes de reforma, foi incapaz de tocar nos interesses fundamentais da classe latifundiária. O conflito com o Chile no final da década e, conseqüentemente, o fim da era do guano e do salitre, anula a possibilidade de um projeto de desenvolvimento capitalista nacional (QUIJANO, 2007, p.XVI).

O *último capítulo* da formação econômica do Peru apresentado por Mariátegui diz respeito ao período posterior à Guerra, em que se aprofunda um problema herdado do período anterior: se há, com o guano e do salitre, um impulso de transformação da economia de feudal em burguesa, há também aquilo que Mariátegui chama de metamorfose da antiga classe dominante que, por não ser “una clase de savia y *elan nuevos*”, não empreende a superação do passado colonial (2007, p.16).

Com esse problema e com a derrota na Guerra, implicando na perda de territórios do salitre, há um quase colapso das forças produtivas com a conseqüente desvalorização da moeda e a ruína do crédito. Em síntese: “desangrada, mutilada, la nación sufría una terrible anemia” (*Idem, ibidem*).

O pós-guerra marca a implantação do capital monopólico no Peru. Isto se mostra evidente quando, no governo de Andrés Cáceres, os credores da dívida externa se organizam na Peruvian Corporation Ltda e obtém a concessão do controle ferroviário do Chile por um período de 75 anos (QUIJANO, 2007, p.XVII). De 1885 a 1914, três outras grandes corporações, norte-americanas, se somam à inglesa Peruvian Corporation Ltda e controlam, com algumas pequenas estrangeiras menores, a mineração, o petróleo, a agricultura de exportação e o transporte pesado¹⁰. No mesmo período, o capital inglês e estadunidense passa a controlar também quase todo o sistema bancário e o serviço elétrico (*Idem, ibidem*).

Embora se possa dizer que com o governo de Nicolás Piérola, empossado em 1895, haja um ajuste da economia em bases mais sólidas que a exploração do guano e do salitre, deve-se afirmar que estas bases são sustentadas em um aprofundamento da dependência econômica do Peru, não apenas em função da dívida externa oriunda da Guerra, mas pela abertura incondicional do mercado.

A sociedade peruana se moderniza, efetivamente, neste contexto, que coincide com a ultrapassagem dos Estados Unidos em relação à Inglaterra no jogo econômico e político internacional. Aparece a indústria peruana – de capital estrangeiro, certamente, e, com ela, um crescente proletariado industrial. O capital financeiro se intensifica tanto no sistema bancário nacional quanto no inglês e estadunidense. Por meio deste último, aprofunda-se ainda mais a política de empréstimos, que aumenta, proporcionalmente, as obras públicas e a dívida externa peruana.

A economia burguesa da costa avança com retardamentos, uma vez que se desenvolve sem superar a economia de traços feudais da serra. Longe de ser um problema, as relações pré-capitalistas presentes na serra acabam por se tornar funcionais ao capitalismo monopolista, uma vez que o valor da força de trabalhado explorada se constitui exatamente nesta região. No mesmos ramos de produção, a renda é maior na serra que na costa, por que é maior a taxa de lucro (QUIJANO, 2007, p.XIX).

Há, portanto, uma formação capitalista peruana com pontos complicados, já que os latifundiários, funcionando como intermediários do capital internacional, não se constituem como burguesia nacional:

¹⁰ As empresas norte-americanas: Cerro de Pasco Corporation, Internacional Petroleum Corporation, y Grace.

La clase terrateniente no ha logrado transformarse en una burguesía capitalista, patrona de la economía nacional. La minería, el comercio, los transportes, se encuentran en manos del capital extranjero. Los latifundistas se han contentado con servir de intermediarios a éste, en la producción de algodón y azúcar. Este sistema económico, ha mantenido en la agricultura, una organización semifeudal que constituye el más pesado lastre del desarrollo del país (MARIÁTEGUI, 2007, p.21).

Portanto, há dois movimentos contraditórios num mesmo processo histórico. De um lado, a passagem da condição de burguesia comercial para burguesia capitalista; de outro a consolidação desta mesma burguesia como apêndice da burguesia imperialista. Uma burguesia, antinacional, antiperuana (QUIJANO, 2007, p.XXI).

É nesta plataforma de debate que Mariátegui vai trabalhar a particularidade peruana do índio, como mostraremos melhor na seção seguinte. O tema do índio será pensado sempre a partir do problema da terra. Como não houve a formação de uma burguesia nacional com espírito liberal e perspectiva de soberania, o que se tem é a convivência do capitalismo peruano – forjado já no contexto de capitalismo monopolista e imperialista – com o latifúndio. Não houve o elemento fundamental para o avanço de uma economia capitalista: a pequena propriedade.

Por isso o tratamento de Mariátegui quanto ao índio fugirá ao aspecto moral ou étnico. Em sua obra, há um balanço crítico da sociedade inca, tomada em seus traços políticos e econômicos. Escapando, a um tempo, da nostalgia ufanista e do romantismo de se pretender o retorno da sociedade inca, Mariátegui está interessado em evidenciar, de um lado, que a conquista espanhola interrompeu um processo de desenvolvimento econômico próprio – substituindo um modelo organização coletivista e provedora do bem-estar material por um modelo extrativista e escravista – e, de outro, que a dupla tarefa de sua geração está em superar, conjuntamente, o capitalismo e a herança colonial da sociedade peruana. Para isso o socialismo que potencialize o legado cultural e político da sociedade inca, num contexto de avanço das forças produtivas.

Com o processo de independência, que não foi um movimento indígena e sim dos *criollos*, há a constituição da República, mas não a efetivação das idéias liberais. Por isso, a aristocracia latifundiária da colônia manteve intactos seus direitos sobre a terra e sobre o índio. Como agravante, o caráter individualista da legislação da república favoreceu a absorção da propriedade indígena pelo latifúndio:

A la República le tocaba elevar la condición del indio. Y contrariando este deber, la República ha pauperizado al indio, ha agravado su depresión y ha exasperado su miseria. [...] La servidumbre del indio, en suma, no ha disminuido bajo la República. Todas las revueltas, todas las tempestades del indio, han sido ahogadas en sangre (MARIÁTEGUI, 2007, p.36)

Para Mariátegui está claro que não haverá desenvolvimento legítimo enquanto este não implicar em bem-estar da massa peruana, oitenta por cento da qual é indígena e camponesa. Por isso a solução do problema do índio deve ser social e deve ser obra dos próprios índios.

É com essa mesma ótica da centralidade do fator econômico que Mariátegui investiga, nos *Sete Ensaios*, não só a questão da terra e do índio, mas também a educação pública, a administração e a literatura¹¹.

Desse modo, percebe-se que o trabalho de Mariátegui nos *Sete Ensaios* se orienta por um elemento central: o caráter colonial da economia peruana e a necessidade de sua superação. Compartilhamos com a posição de Escorsim, segundo a qual existe uma linha de força que unifica os sete ensaios de Mariátegui, ou seja: trata-se da revolução burguesa que poderia ter sido e não foi (ESCORSIM, 2006, p.231). A burguesia, ao conservar o *gamonal*, fez sua escolha histórica contra o índio, portanto, contra o próprio Peru.

2. Revolução burguesa em atraso e revolução socialista em avanço

O período colonial, sob o prisma da formação econômica do Peru, recebe na obra de Mariátegui um balanço crítico não só por aquilo que é recorrente afirmar sobre a conquista como invasão, violência etc., mas, sobretudo, como um processo de retardamento e aniquilamento, já que, distintamente da formação da colônia norte-americana, em que predomina um processo de criação de algo do novo, ressaltando-se, claro, o conflito com o sul indígena, nas colônias latino-americanas, em especial no Peru, há a destruição de sociedades milenares com organização política consolidada.

Enquanto o regime incaico garantia subsistência e crescimento a uma população de dez milhões de habitantes, os conquistadores espanhóis estabeleceram um processo de miserabilidade, criando no lugar de núcleos de produção, a ostensiva extração de riquezas. As condições subumanas a que são submetidos os índios, somadas à perseguição, reduzem a população a pouco mais de um milhão. Desse modo, do ponto de vista concreto, material, e não apenas moralizante ou supostamente fundado em ideais de justiça, a conquista é um projeto fracassado. A importação de africanos escravizados aparecerá, exatamente, como conseqüência do despovoamento causado pela incompetência do regime colonial (*Idem*, p.73-74).

Emblemático e problemático é o caso das chamadas *comunidades indígenas*¹². O latifúndio colonial convive com as comunidades não por reconhecimento ou por princípios democráticos e

¹¹ Para uma visão geral desta obra magna de Mariátegui, remetemos a Escorsim (2006, p.212-233).

¹² Como recorda Pomer, as chamadas *comunidades indígenas* no Peru, organizadas pela Coroa, eram obrigadas a “tributar trabalho, espécies e dinheiro à trindade composta pela Coroa espanhola, grandes latifundiários e Igreja Católica” (1981, p.127).

sim por razões práticas: era funcional ao dono da terra ceder uma parte de terra às comunidades de tal maneira que vinculasse os índios, por sua necessidade de sobrevivência, ao próprio latifúndio e ao seu senhorio. A comunidade sobrevive, pós-conquista, mas dentro de um regime de servidão¹³.

O problema da comunidade, portanto da terra, que surge com a conquista, aprofunda-se com a chegada da república:

Antes había sido la cédula misma del Estado que le aseguraba el dinamismo necesario para el bienestar de sus miembros. El coloniaje la petrificaba dentro de la gran propiedad, base de un Estado nuevo, extraño a su destino. El liberalismo de las leyes de la República, impotente para destruir la feudalidad y para crear el capitalismo, debía, más tarde, negarle el amparo formal que le había concedido el absolutismo de las leyes de la Colonia (MARIÁTEGUI, 2007, p.52)

A formação econômica do Peru, portanto, faz com que se arraste, desde a conquista, o problema da terra, primeiro, em função da invasão, pela destruição de um modo de produção nativo; agora, pós-independência, como empecilho para o desenvolvimento efetivo do capitalismo.

Ocorre que, à debilidade da aristocracia *criolla* decidida a não perder seus privilégios, associa-se a tibia classe de negócios que surge a partir do período do guano e do salitre. Forma-se, desse modo, um capitalismo fraco de origem, por não estabelecer os mínimos ideais liberais de democracia – *ad intra* – e de soberania nacional – *ad extra*.

Em termos diretamente econômicos, não houve a formação de pequenas propriedades com a dupla função de superar o latifúndio e gerar um novo padrão produtivo:

El problema agrario se presenta, ante todo, como el problema de la liquidación de la feudalidad en el Perú. Esta liquidación debía haber sido realizada ya por el régimen demo-burgués formalmente establecido por la revolución de la independencia. Pero en el Perú no hemos tenido en cien años de república, una verdadera clase burguesa, una verdadera clase capitalista. La antigua clase feudal – camuflada o disfrazada de burguesía republicana – ha conservado sus posiciones. La política de desamortización de la propiedad agraria iniciada por la revolución de la independencia – como una consecuencia lógica de su ideología–, no condujo al desenvolvimiento de la pequeña propiedad. La vieja clase terrateniente no había perdido su predominio. [...] Y el hecho es que durante un siglo de república, la gran propiedad agraria se ha reforzado y engrandecido a despecho del liberalismo teórico de nuestra Constitución y de las necesidades prácticas del desarrollo de nuestra economía capitalista (MARIÁTEGUI, 2007, p.40)

Há de se considerar, adverte Mariátegui, que a defesa da fórmula de fracionamento dos latifúndios em pequenas propriedades não implicaria em adoção do socialismo, bastando-se ver o exemplo dos países da Europa central e oriental em que a limitação de propriedade agrária foi

¹³ Sobre isto, ver a interessante comparação feita por Mariátegui entre as comunidades indígenas e as comunas rurais na Rússia, país tido por ele como muito mais próximo das colônias latino-americanas agrícolas e semifeudais que dos países capitalistas do ocidente (2008, p.80-81).

medida básica para o avanço do capitalismo. A superação do latifúndio, portanto, não é “revolucionária” ou “herética” ou “bolchevique”: ela é ortodoxa, constitucional, democrática, capitalista e burguesa .

Para que a revolução democrático-liberal realizasse sua tarefa fundamental de quebra do latifúndio, eram necessárias duas condições que não existiam no Peru: uma burguesia consciente dos fins e interesses de sua ação e um grau de reivindicação da terra por parte dos camponeses¹⁴. Como salientamos, a revolução da independência não respondeu a essas duas exigências, situando-se, historicamente, no conjunto das revoluções independentistas das demais colônias que, salvo as diferenças, consistiram em um processo em que as classes que possuíamos o poder econômico passaram a acumular também o poder político. Desse modo,

El nacionalismo continental de los revolucionarios hispanoamericanos se juntaba a esa mancomunidad forzosa de sus destinos, para nivelar a los pueblos más avanzados en su marcha al capitalismo con los más retrasados en la misma vía [...]. La revolución americana, en vez del conflicto entre la nobleza terrateniente y la burguesía comerciante, produjo en muchos casos su colaboración, ya por la impregnación de ideas liberales que acusaba la aristocracia, ya porque ésta en muchos casos no veía en esa revolución sino un movimiento de emancipación de la corona de España. La población campesina, que en el Perú era indígena, no tenía en la revolución una presencia directa, activa. El programa revolucionario no representaba sus reivindicaciones (MARIÁTEGUI, 2007, p.54)

O regime inaugurado com a república, se aplicados os princípios liberais fundamentais, teria convertido os indígenas em pequenos proprietários. Ocorre que, em não tendo sido aplicados, em que pese sua presença na letra da lei, a situação dos índios piorava.

Perpetuando-se no pós-independência a inexistência daquelas duas condições – uma burguesia consciente de seu papel e um campesinato capaz de reivindicar a terra, chega-se, no final do século XIX e início do XX com a uma consolidação do capitalismo peruano inserido na fase atual do capitalismo internacional. Há, portanto, uma

una compleja combinación entre los principales elementos de la herencia colonial, apenas modificados superficialmente desde mediados del siglo XIX, y los nuevos elementos que con la implantación dominante del capital monopolista, de control imperialista, van produciendo una reconfiguración de las bases económicas, sociales y políticas, de la estructura de la sociedad peruana. (QUIJANO, 2007, p.XII)

Há, pois, um acirramento da contradição oriunda da formação social do Peru: uma base predominantemente formada por relações pré-capitalistas de produção, sem ter feito a superação,

¹⁴ Tomamos aqui o termo *camponês* empregado por Mariátegui na mesma perspectiva não-ortodoxa que adotamos quanto ao termo feudal.

portanto, do traço colonial, já se encontra condicionada pela expansão do capital comercial. O caráter débil da burguesia peruana, dado este contexto histórico e o fato de que ela não havia se apoderado – como deveria ter feito na transição para a república – do poder político e econômico nacionais, retira-lhe qualquer aspecto nacionalista revolucionário.

Soma-se a isso uma característica nefasta da formação social peruana: ela é profundamente antidemocrática. Analisando a questão das raças no Peru, Mariátegui descortina a marcante segregação social que há no país:

Los elementos feudales o burgueses en nuestros países, sienten por los indios, como por los negros y mulatos, el mismo desprecio que los imperialistas blancos. El sentimiento racial actúa en esta clase dominante en un sentido absolutamente favorable a la penetración imperialista. Entre el señor o el burgués criollo y sus peones de color, no hay nada de común. La solidaridad de clase, se suma a la solidaridad de raza o de prejuicio, para hacer de las burguesías nacionales instrumentos dóciles del imperialismo yanqui o británico (2010, p.67).

Pela particularidade latino-americana e, especialmente, a peruana os princípios liberais já não dão conta, portanto, da superação do latifúndio, mesmo que ainda haja aqueles que se mantêm dentro de uma doutrina democrático-burguesa:

Para ellos es aún tiempo de propugnar la fórmula liberal. Si lo hicieran, lograrían, al menos, que en el debate del problema agrario provocado por la nueva generación, no estuviese del todo ausente el pensamiento liberal, que, según la historia escrita, rige la vida del Perú desde la fundación de la República. (MARIÁTEGUI, 2007, p.41)

Cabe, nesse sentido, resgatar algumas reflexões de Mariátegui presentes em seu prólogo à obra *Tempestade nos Andes* de Luiz Eduardo Valcárcel (MARIÁTEGUI, 1927). Ali se apresentam argumentos fundamentais na contraposição entre a revolução burguesa – já incapaz de se efetivar – e a revolução socialista – a ser construída¹⁵.

Tratando diretamente do problema indígena, Mariátegui alarga o conceito de *gamonalismo*, entendido não apenas como referente aos latifundiários, mas sim todo um fenômeno orgânico que gira em torno da grande propriedade semifeudal na política e no mecanismo do Estado. A superação deste fenômeno é uma tarefa, *a la vez*, nacional, democrática e socialista:

Esa liquidación del gamonalismo, o de la feudalidad, podía haber sido realizada por la república dentro de los principios liberales y capitalistas. Pero por las razones que llevo ya señaladas en otros estudios, estos principios no han dirigido efectiva y

¹⁵ Não é nosso propósito aqui aprofundar o tema do mito no pensamento de Mariátegui. Cabe ressaltar, no entanto, que no *Prólogo*, nosso autor insere esse tema num conjunto maior de superação da sociedade colonial e transição para o socialismo.

plenamente nuestro proceso histórico. Saboteados por la propia clase encargada de aplicarlos, durante más de un siglo han sido impotentes para redimir al indio de una servidumbre que constituía un hecho absolutamente solidario con el de la feudalidad.[...] Y sucede que mientras, de un lado, los que profesamos el socialismo propugnamos lógicamente y coherentemente la reorganización del país sobre bases socialistas y – constatando que el régimen económico y político que combatimos se ha convertido gradualmente en una fuerza de colonización del país por los capitalismo imperialistas extranjeros – proclamamos que este es un instante de nuestra historia en que no es posible ser efectivamente nacionalista y revolucionario sin ser socialista; de otro lado no existe en el Perú, como no ha existido nunca, una burguesía progresista, con sentido nacional, que se profese liberal y democrática y que inspire su política en los postulados de su doctrina (MARIÁTEGUI, 1927).

A incapacidade da burguesia peruana e se fazer realmente nacional e democrática impõe ao momento histórico de Mariátegui que as forças revolucionárias realizem as duas etapas de uma vez: a nacional-democrática e a socialista, como veremos na polêmica travada com as correntes imperialistas peruanas. Ele sabe muito bem que o capitalismo não tem como resolver os problemas que ele mesmo criou e que, portanto, “os progressos do capitalismo redundam em aumento geométrico da barbárie” (FERNANDES, 1995, p.17).

É preciso extirpar a segregação social que separa serra e costa, latifundiários e trabalhadores semi-livres, brancos e índios; é preciso também superar a enorme subserviência da economia peruana aos interesses imperialistas. Forçar estas duas modalidades tipicamente burguesas – democracia e soberania nacional – implica em cumprir o que o capitalismo, sob a batuta da débil burguesia peruana não conseguiu. Por outro lado, estas mesmas modalidades, dado o estágio monopolista do capitalismo e o traço histórico da burguesia peruana, só pode ser realizado numa perspectiva socialista. Daí a afirmação de que:

que la función del socialismo en el gobierno de la nación, según la hora y el compás histórico a que tenga que ajustarse, será en gran parte la de *realizar el capitalismo* – vale decir, las posibilidades históricamente vitales todavía del capitalismo – en el sentido que convenga a los intereses del progreso social (MARIÁTEGUI, 1927, grifo nosso).

A revolução socialista ganha, portanto, uma caracterização original em Mariátegui. Ela deverá ser construída, levando-se em conta as características próprias da formação peruana. E o referencial adotado por Mariátegui para a organização dos trabalhadores peruanos, proletários e indígenas será a tática da *frente única*, política adotada pela Internacional Comunista desde 1921, efetivamente a partir de 1923, sob inspiração de Lênin¹⁶.

¹⁶ De acordo com Escorsim, “tratava-se de uma proposição política que, reconhecendo que a vaga revolucionária do imediato pós-guerra entrava em curva descendente, propugnava a aliança entre as forças representativas do movimento operário e democrático” (2006, p.190). Ver também Quijano (2007, p.XLVI).

Ao escrever sobre a atualidade das comemorações do 1º de maio, Mariátegui afirmará que

A muchas meditaciones invita esta fecha internacional. Pero para los trabajadores peruanos la más actual, la más oportuna, es la que concierne a la necesidad y a la posibilidad del Frente Único [...] Mi actitud, desde mi incorporación en esta vanguardia, ha sido siempre la de un fautor convencido, la de un *propagandista fervoroso del frente único*. Recuerdo haberlo declarado en una de las conferencias iniciales de mi curso de historia de la crisis mundial. Respondiendo a los primeros gestos de resistencia y de aprensión de algunos antiguos y hieráticos libertarios, más preocupados de la rigidez del dogma que de la eficacia y la fecundidad de la acción, dije entonces desde la tribuna de la Universidad Popular: “Somos todavía pocos para dividirnos. No hagamos cuestión de etiquetas ni de títulos”. (MARIÁTEGUI, 2010, p.135, grifo nosso).

Parece acertada a análise segundo a qual no período de 1924 a 1928, Mariátegui ainda está tratando de não se chocar abertamente nem com as correntes anarco-sindicalistas, nem com a influência democrático-nacionalista que cresce no meio do proletário (QUIJANO, 2007, p.XLVI). Ele segue as decisões do III e IV Congresso da Internacional. Ainda não há, porém, a idéia do partido, presente também nas referidas decisões.

É a partir de 1928 até sua morte que Mariátegui trará, em sua maturidade política, os debates decisivos de sua trajetória: com os representantes da APRA¹⁷, já orientada para tornar-se um partido; e com a orientação da III Internacional que, após 1927, abandona a política da frente única e adota a conhecida proposta de “classe contra classe”.

3. Os combates de Mariátegui: La Torre e a Internacional Comunista

Para compreendermos melhor a importância dos combates realizados por Mariátegui, é importante uma rápida apresentação panorâmica sobre a relação entre a perspectiva anti-imperialista da APRA, o socialismo e as orientações da Internacional Comunista¹⁸.

Se de 1921 até os meses que se seguiram à morte de Lênin, em 1924, predominou na III Internacional Comunista a política da frente única – o que a aproximava tanto de Mariátegui quanto de La Torre –, de 1925 a 1927 entra em cena a adoção do referencial chinês, do Kuomintang¹⁹, como indicativo às sociedades semifeudais – que aproximava La Torre da Internacional Comunista, mas o afastava de Mariátegui, com suas já críticas posições contrárias ao modelo chinês.

¹⁷ A Aliança Popular Revolucionária Americana surgiu nos anos, com seções em vários países da América Latina, restringindo-se, em seguida, ao Peru. Em 1930, torna-se um Partido. Para fins de compreensão, referir-me ei à Aliança como “a APRA” e ao partido como “o APRA”.

¹⁸ Tomamos emprestado aqui o termo “combate” de Néstor Kohan, quando analisa a obra de Mariátegui (2002, p.125-144), embora ali o autor estude, além dos dois elementos que tratamos, um terceiro – o reformismo social-democrata – o qual não aprofundaremos. Ressalte-se, ainda, que não trataremos, por excederem os limites deste trabalho, de outras correntes anti-imperialistas na América Latina, enfocando apenas a APRA.

¹⁹ Partido Nacionalista Chinês que serviu de inspiração para Haya de La Torre. Ver Quijano (2007, p. LXXXVII).

Com o fracasso do Kuomintang em 1927, a Internacional rechaça La Torre e passa à política de enquadramento dos partidos comunistas, formados ou em vias de formar-se, como no Peru, à orientação de Moscou. É o momento em que Mariátegui se colocará crítico também à Internacional.

O caráter dialético do pensamento de Mariátegui ao compreender a relação entre pré-capitalismo e capitalismo na sociedade peruana, afasta-o do dualismo que resvala fatalmente para uma compreensão do processo histórico como seqüência de etapas distintas: uma etapa antifeudal seguida de uma anticapitalista. Para o revolucionário peruano, sendo o capitalismo exatamente o sujeito articulador da complexa sociedade peruana e estando ele na fase imperialista, atacá-lo implica, ao mesmo tempo e não em dois tempos, atacar o imperialismo.

Inicialmente Mariátegui manteve proximidade com La Torre, a partir das posições defendidas em suas conferências na Universidade Popular Gonzales Prada, em 1923. Com La Torre, Mariátegui difundiu a discussão anti-imperialista até que, por seguir um caminho cada vez mais original, torna-se impossível a parceria.

Para La Torre e seus seguidores, existia um feudalismo total na serra, de origem colonial, há ser superado, portanto, para se criassem condições, como na Europa, para a próxima etapa anticapitalista. Seria preciso, portanto, um avanço da serra no sentido da proletarização que se efetuava na costa, mediante o desenvolvimento capitalista, para que se estabelecessem as condições ideais de uma luta de classes. Na cabeça de La Torre isto estava resolvido.

O problema é que a realidade histórica, por não acompanhar a consciência dos homens e sim determiná-la, mostrava algo distinto: a revolução socialista indoamericana deveria ser a relação indissociável entre luta do campesinato na serra contra a feudalidade e a luta do proletariado contra a burguesia na costa. Não são duas lutas que se sucedem: são duas batalhas simultâneas de uma mesma guerra: contra o capitalismo.

Para La Torre, porém, sendo o imperialismo na América Latina a primeira fase do capitalismo – na oposição radical a Lênin, não se colocava uma revolução socialista anticapitalista, em razão da estrutura atrasada do continente. Não era possível, portanto, para La Torre destruir o capitalismo antes que este estivesse maduro (KOHAN, 2002, 129).

A explícita manobra de La Torre em transformar a APRA em um partido, obriga Mariátegui a um esforço teórico e prático vigoroso: no plano teórico, busca uma trabalhosa síntese entre a particularidade peruana e a universalidade do socialismo marxista. Para Mariátegui, estava posta a necessidade de não se abandonar nenhum dos pólos, com o risco de se cair no exotismo da particularidade ou no cosmopolitismo da universalidade (KOHAN, ano, p.130-131)²⁰.

²⁰ Kaysel, seguindo a referência de Michel Löwy, apresenta a nomenclatura “localismo” e “cosmopolitismo” (2012, p.53).

No plano prático, Mariátegui insiste no caráter da APRA como frente. Embora não deixe de insistir na necessidade de auto-organização dos trabalhadores, Mariátegui não está orientado em buscar, num primeiro momento, o sujeito já construído e sim na tarefa de construção política de um sujeito social para a revolução (KOHAN, 2002, p.130).

As posições de Mariátegui e La Torre caminharão em crescente tensão até a ruptura, em 1928. Ocorre que a partir do Congresso Antiimperialista de Bruxelas, a Internacional Comunista, até 1927 ainda contemporizando com a APRA, passa a descartar sua proposta mediante o fracasso do Kuomintang chinês. La Torre, polemizando com Moscou e estando no México, cria o APRA, não mais como frente única, mas como um Partido onde devem se integrar os componentes anti-imperialistas, sob a direção das classes médias (QUIJANO, 2007, p.LXXXVIII).

O único modo de resgatar a realidade específica a América Latina e, em particular do Peru, era, para La Torre e os apristas, seria basear-se no problema nacional e não do problema de classe para enfrentar o imperialismo; por isso o protagonismo, nesta primeira etapa, das classes médias no desenvolvimento capitalista nacional (Idem, XCVI).

No artigo *Aniversário y Balance*, escrito em setembro de 1928, Mariátegui aponta a necessidade de uma laboriosa construção das condições para a revolução. Por isso afirmação do horizonte socialista para a revista *Amauta*, contrapondo-se a La Torre e os apristas:

No vale el grito aislado, por muy largo que sea su eco; vale la prédica constante, contínua, persistente. No vale la idea perfecta, absoluta, abstracta, indiferente a los hechos, a la realidad cambiante y móvil; vale la idea germinal, concreta, dialéctica, operante, rica en potencia y capaz de movimiento. Amauta no es una diversión ni un juego de intelectuales puros [...] En la lucha entre dos sistemas, entre dos ideas, no se nos ocurre sentirnos espectadores ni inventar un tercer término [...]. En nuestra bandera, inscribimos esta sola, sencilla y grande palabra: Socialismo. (Con este lema afirmamos nuestra absoluta independencia frente a la idea de un Partido Nacionalista, pequeño burgués y demagógico) (2010, p.269)

No mesmo artigo, Mariátegui reivindica o sentido da palavra revolução, deixando claro que, em tempos de capitalismo monopólico, o socialismo se impõe como única saída:

La misma palabra Revolución, en esta América de las pequeñas revoluciones, se presta bastante al equívoco. Tenemos que reivindicarla rigurosa e intransigentemente. Tenemos que restituirle su sentido estricto y cabal. La revolución latinoamericana, será nada más y nada menos que una etapa, una fase de la revolución mundial. Será simple y puramente, la revolución socialista. A esta palabra, agregad, según los casos, todos los adjetivos que queráis: “antiimperialista”, “agrarista”, “nacionalista-revolucionaria”. El socialismo los supone, los antecede, los abarca a todos [...] La época de la libre concurrencia en la economía capitalista, ha terminado en todos los campos y todos los aspectos. Estamos en la época de los monopolios, vale decir de los imperios. Los países latinoamericanos llegan con retardo a la competencia capitalista. Los primeros

puestos están ya definitivamente asignados. El destino de estos países, dentro del orden capitalista, es de simples colonias (MARIÁTEGUI, 2010, p.270-271).

Entretanto, não é apenas com o aprismo e contra La Torre que Mariátegui. O andamento de seus trabalhos teóricos e práticos não poderá deixar de levá-lo a um balanço crítico da experiência da direção oficial da III Internacional, dentro e fora da América Latina (QUIJANO, 2007, p.LXXXVIII).

Desde o Congresso de Bruxelas, em 1927, o Secretariado Latino-americano da III Internacional vinha pressionando o grupo de Mariátegui em Lima a organizar imediatamente um Partido Comunista, integrando-se à orientação de Moscou. Somente em outubro de 1928, porém, organizou-se, não o Partido Comunista, mas o Partido Socialista do Peru, tendo Mariátegui como seu secretário geral²¹. As razões da criação do Partido e suas tarefas são apresentadas nos documentos *Problema de las razas en la América Latina* e *Punto de vista antimperialista* encaminhados à Primeira Conferência Comunista Latino-americana realizada em Buenos Aires em junho de 1929.

O então secretário Victorio Codovilla já vinha trabalhando deste 1928, junto à Internacional, com a tese de que a Argentina, e por consequência a América Latina, era um país semicolonial, deduzindo daí a necessidade de uma revolução de caráter democrático-burguês, sob a forma de revolução agrária anti-imperialista (KOHAN, 2002, 132). É esta a idéia que se contrapõe às teses elaboradas por Mariátegui e apresentadas, na Conferência, pelos delegados Julio Portocarrero y Hugo Pesce.

Como salienta Kohan, esta disputa teórica permitirá a Mariátegui

superar los obstáculos que la visión "oficial" por ese entonces interponía a los marxistas latinoamericanos, impidiéndoles entender creadoramente (para poder transformar) las realidades de este continente. Obstáculos que se asentaban fundamentalmente en una presupuesta filosofía de la historia universal -materialista y determinista- que prescribía teóricamente para todos los países del mundo *el paso necesario e ineluctable por rígidas etapas* de desarrollo social, cuya sucesión predeterminada se había extraído a priori de lo que se consideraba como "modelo clásico", es decir, Inglaterra (2002, p.133)

A Internacional Comunista, portanto, em linhas gerais, aproximava-se do aprismo de La Torre no período posterior à morte de Lênin, quando abandonando a tática da frente única, propugnava uma orientação anti-imperialista – e não socialista – para a América Latina. Até o fracasso do

²¹ Concordando com Kaysel (2012, p.66), sustentamos que a escolha do nome “Socialista” é crucial na distinção pretendida por Mariátegui em relação à linha oficial da Internacional e não é secundária, como afirma Escorsim (2006, 264).

Kuomitang em 1927 – e mesmo posterior a ele, chegando aos anos 1930 – as teses de Stalin sobre a questão chinesa tiveram enorme legitimidade ²².

Era evidente, para Mariátegui, que o proletariado no Peru se constituía como minoria, mesmo com sua extraordinária combatividade e militância – e em adensá-la se dedicou o revolucionário peruano. Não poderia, entretanto, deixar de apontar que a experiência chinesa demonstrava o limite de uma política puramente nacionalista e democrática, que não incluísse desde o início a necessidade de destruição do capitalismo como tal (QUIJANO, 2007, p.XCVIII).

Se no texto *Problema de las razas em America Latina* Mariátegui evidencia a indissociabilidade entre a luta indígena e a construção do socialismo, no documento *Punto de vista antimperialista*, Mariátegui aponta à Internacional Comunista os riscos de uma transposição de modelo de socialismo europeu ou russo para uma realidade particular como a América Latina. Em suas ponderações, critica-se tanto o equívoco do projeto aprista quanto o da Internacional Comunista

La condición económica de estas repúblicas [latinoamericanas], es, sin duda, semicolonial, y a medida que crezca su capitalismo y, en consecuencia, la penetración imperialista tiene que acentuarse este carácter de su economía. Pero las burguesías nacionales, que ven en la cooperación con el imperialismo la mejor fuente de provechos, se sienten lo bastante dueñas del poder político para no preocuparse seriamente de la soberanía nacional. Estas burguesías [...] no tienen ninguna predisposición a admitir la necesidad de luchar por la segunda independencia, como suponía ingenuamente la propaganda aprista (MARIÁTEGUI, 2010, p.117)

Contra a idéia convergente entre apristas e cúpula da Internacional Comunista segundo a qual a América Latina deveria seguir o referencial do Kuomitang Mariátegui dispara com agudo senso crítico quanto ao caráter psico-social da burguesia peruana:

El antiimperialismo en la China puede, por tanto, descansar en el sentimiento y en el factor nacionalista. En Indoamérica las circunstancias no son las mismas. La aristocracia y la burguesía criollas no se sienten solidarizadas con el pueblo por el lazo de una historia y de una cultura comunes. En el Perú, el aristócrata y el burgués blancos, desprecian lo popular, lo nacional. Se sienten, ante todo, blancos. El pequeño burgués mestizo imita este ejemplo (2010, p.118).

²² Na leitura histórica de Stalin, feita em 1927, a China passava pela revolução nacional-democrática, na qual a revolução agrária e camponesa eram a base: “Dessa forma a atual revolução na China é a união de duas correntes do movimento revolucionário — o movimento contra as sobrevivências feudais e o movimento contra o imperialismo. A revolução democrático-burguesa na China é a união da luta contra as sobrevivências feudais e da luta contra o imperialismo” (STALIN, 1927).

A história, e não as projeções ideais do aprismo, comprova que, mesmo em países como a China, não se pode confiar no sentimento nacionalista revolucionário da burguesia, visto que o seu momento histórico para o exercício de tal sentimento já não se coloca mais:

Mientras la política imperialista logre manejar los sentimientos y formalidades de la soberanía nacional de estos Estados, mientras no se vea obligada a recurrir a la intervención armada y a la ocupación militar, contará absolutamente con la colaboración de las burguesías (2010, p.119).

Recordando o exemplo do México, Mariátegui apontará a diferença básica entre sua perspectiva e a dos apristas – indiretamente, também a Internacional Comunista. Ela está no fato de que estes elevam o anti-imperialismo a uma condição de programa:

El antiimperialismo, para nosotros, no constituye ni puede constituir, por sí solo, un programa político, un movimiento de masas apto para la conquista del poder. El antiimperialismo, admitido que pudiese movilizar al lado de las masas obreras y campesinas, a la burguesía y pequeña burguesía nacionalistas (ya hemos negado terminantemente esta posibilidad) no anula el antagonismo entre las clases, no suprime su diferencia de intereses. Ni la burguesía, ni la pequeña burguesía en el poder pueden hacer una política antiimperialista. Tenemos la experiencia de México, donde la pequeña burguesía ha acabado por pactar con el imperialismo yanqui (MARIÁTEGUI, 2010, p.120).

Trilhando de perto a senda de Lênin, Mariátegui desenvolverá, nos *Princípios Programáticos del Partido Socialista*, em 1928 o argumento segundo o qual a tarefa de um Partido Socialista, em tempos de imperialismo, há de ser necessariamente internacionalista. Por força do método dialético, o internacionalismo do Partido deverá considerar necessariamente as particularidades nacionais:

El Partido Socialista adapta su praxis a las circunstancias concretas del país; pero obedece a una amplia visión de clase y las mismas circunstancias nacionales están subordinadas al ritmo de la historia mundial. La Revolución de la Independencia hace más de un siglo fue un movimiento solidario de todos los pueblos subyugados por España; la revolución socialista es un movimiento mancomunado de todos los pueblos oprimidos por el capitalismo (2010, p.187)

O revolucionário peruano deferirá um duro golpe contra as esperanças de um desenvolvimento nacional no marcos da ordem capitalista, evidenciando que as tarefas democrático-burguesas deverão ser feitas pelas massas proletárias, ou não serão feitas:

La emancipación de la economía del país es posible únicamente por la acción de las masas proletarias, solidarias con la lucha antiimperialista mundial. Sólo la acción proletaria puede *estimular primero y realizar después las tareas de la*

revolución democrático-burguesa, que el régimen burgués es incompetente para desarrollar y cumplir ((*Idem*, p.188. Grifo nosso)²³

É notável, como salienta Quijano, o modo como Mariátegui desenvolve com nitidez sua concepção de revolução socialista como uma transição, processo no qual se articulam de modo necessário as tarefas correspondentes à revolução democrático-burguesa com as tarefas do socialismo (2007, p.CIII)²⁴.

Os Princípios Programáticos não colocam, nem de longe, a proposta de etapas separadas. Quando Mariátegui afirma que “cumplida su *etapa democrático-burguesa*, la revolución deviene en sus objetivos y en su doctrina revolución proletaria” emenda: “El partido del proletariado, capacitado por la lucha para el ejercicio del poder y el desarrollo de su propio programa, realiza en esta etapa las tareas de la organización y defensa del orden socialista” (2007, p.189, grifo nosso).

Em outros termos, as “tarefas democrático-burguesas” são levadas a cabo dentro de um mesmo processo de cumprimento das “tarefas socialistas”. Na medida em que o processo, nos marcos ainda do capitalismo, vai-se depurando, o socialismo se coloca como condição de superação da ordem mesma. Nas palavras de Quijano, “las ‘tareas democrático-burguesas’ asumen, desde la partida, en el proceso, un sentido tendencial no burgués, pues están enmarcadas y condicionadas por el carácter socialista del proceso global” (2007, CIV).

É neste específico ponto da reflexão que fará sentido, em que pese as más interpretações do aprismo, a formulação mariateguiana segundo a qual a revolução na América Latina “será simple y puramente, la revolución socialista” (MARIÁTEGUI, 2007, 270).

A direção proletária da revolução emerge daí como ponto de tensão, uma vez que só pode ser assegurada por um partido cuja direção seja proletária. No Peru, entretanto, pelas condições concretas, exige-se não um partido operário, e sim de base social mais ampla, com a presença fundamental do campesinato, majoritariamente indígena. Embora Mariátegui não tenha feito uma previsão exata de como este processo poderia se dar no Peru, poderíamos arriscar que

En tales condiciones, la dictadura del proletariado es, al comienzo, la dirección proletaria de un poder estatal de base social más amplia, donde el campesinado tiene un lugar fundamental. Pero, en su “devenir” va depurándose, convirtiéndose

²³ Quijano salienta que o Partido Comunista Peruano, nas décadas posteriores à morte de Mariátegui, fiel ao modelo etapista para a revolução fez um enorme esforço em encontrar nesta passagem dos Princípios Programáticos a justificação para a sua tese de duas etapas separadas. No entanto, como afirma Quijano, “no advierten la contradicción que eso significa con la contraposición que Mariátegui establece entre lanecesidad de resolver las “tareas democrático-burguesas”, y la incapacidad estructural del “régimen burgués”, para cumplirlas (2007, p.CII).

²⁴ No mesmo lugar, lembra Quijano, impressão a proximidade entre os apontamentos de Mariátegui e as chamadas *Teses de Abril*, mesmo que não se possa afirmar com precisão se eram ou não conhecidas pelo peruano. Quijano se refere ao texto “Sobre as tarefas do Proletariado na presente revolução”, escrito em abril de 1917. Ali Lênin afirma: “a peculiaridade do momento atual na Rússia consiste na *transição* da primeira etapa da revolução, que deu o poder à burguesia por faltar ao proletariado o grau necessário de consciência e organização, *para* a sua *segunda* etapa que deve colocar o poder nas mãos do proletariado e das camadas pobres do campesinato (LÊNIN, 1988, p.14).

en sus objetivos y en su programa, proletaria cada vez más. Es decir, el carácter de clase del Estado revolucionario va depurándose en un sentido de acentuación del carácter proletario del poder, conforme va depurándose la estructura social básica de la sociedad en la transición socialista (QUIJANO, 2007, CV)²⁵.

O caráter proletário, deste modo, não se apresenta necessariamente como a direção física de uma classe operária, mas sim como linha política que assume os interesses do proletariado internacional, extraindo daí as tarefas concretas nacionais.

Considerações Finais

Mariátegui é da geração dos “radicais anos 20” (KOHAN, 2002, p.43). Contemporâneo de figuras importantes como Luiz Emílio Recabarren no Chile e Júlio Antonio Mella em Cuba, contribuiu com a introdução do marxismo na América Latina e para a organização política em torno do socialismo, além de sua contribuição original para a compreensão da realidade peruana.

Enquanto La Torre e linha da Internacional Comunista se alternam entre um localismo cego e um dogmatismo teórico, Mariátegui se coloca como figura da mediação: por ele, a realidade peruana (e latino-americana) invade o marxismo e, de outro lado, o marxismo é injetado nas veias da América Latina. A síntese é exatamente o socialismo latino-americano, que não é cópia e nem colagem do modelo russo ou chinês, mas, embora original, é parte de um processo internacional da luta dos trabalhadores.

Curiosamente, a partir dos anos 30, a Internacional Comunista recai novamente no equívoco do etapismo, estabelecendo como necessária a tática a aliança com a burguesia. Ironicamente, aproxima-se do velho equívoco aprista. Mariátegui, neste contexto, é esquecido deliberadamente. Em 1930, um mês apenas após a morte do fundador do Partido Socialista do Peru, a Internacional Comunista envia um grupo dirigente que, não sem resistência, muda o nome para Partido Comunista Peruano.

Somente a partir dos anos 60 é que Mariátegui começa a ser resgatado. Somente após a Revolução Cubana, em que há a síntese entre os elementos nacionalistas e socialistas, o projeto intelectual de Mariátegui encontra seu merecido reconhecimento²⁶. Sustentamos, com Kaysel

²⁵ Quijano salienta que, no mesmo período, Mao Tse-Tung empreende o mesmo desafio de significação da revolução proletária dentro das condições específicas da China, na expressão por ele cunhada “nova democracia” (2007, p.CV). No texto “Sobre la nueva democracia” Mao afirma: “En esta era, toda revolución emprendida por una colonia o semicolonial contra el imperialismo, o sea, contra la burguesía o capitalismo internacional, ya no pertenece a la vieja categoría, a la de la revolución democrático-burguesa mundial, sino a la nueva categoría; ya no forma parte de la vieja revolución burguesa o capitalista mundial, sino de la nueva revolución mundial: la revolución mundial socialista proletaria” (TSE-TUNG, 1976, p.358).

²⁶ Partimos aqui das reflexões de Kaysel (2012), que mapeando a história do marxismo latino-americano, sobretudo com o suporte de Michael Löwy, constata a importância da Revolução Cubana. Neste texto, Kaysel faz um vigoroso trabalho de articulação entre nação e socialismo, a partir de Mariátegui.

(2012), que Mariátegui “que Mariátegui, embora não encontrando condições adequadas em seu próprio tempo, teria sido um dos precursores de um marxismo especificamente latino-americano, o qual desabrocharia após 1959” (2012, p.68).

Aos olhos petrificados pelo esquema etapista da Internacional Comunista, hegemônico após os anos 30, a Revolução Cubana soará como um teoricamente impossível, “algo así como una herejía” (KOHAN, 2002, p.134). A mesma estranheza causada, em sua época, pelas idéias de Mariátegui.

Curiosamente, as reflexões de Mariátegui permanecem atuais. Historicamente vitorioso, como lembra Quijano, no combate contra o ambíguo nacionalismo democrático aprista e contra o dogmatismo oportunista da direção da Internacional Comunista, o tempo de Mariátegui é mais atual que nunca (2010, p.CXII).

Concordando com o mesmo autor, acreditamos que

Más allá de las limitaciones de su formación, en una vida corta y como pocas dura, sujeta también a las limitaciones del horizonte de ideas y de conocimientos de su tiempo sobre los problemas específicos de la historia peruana y latinoamericana: más allá de nuestros acuerdos y desacuerdos con sus formulaciones concretas, como investigador y como dirigente político del proletariado revolucionario, es por aquellas razones que Mariátegui tiene hoy el sitio de un fundador y de un guía actual para el marxismo en América Latina (2007, p.LX-LXI).

Finalizamos com uma observação feita pelo próprio Mariátegui ao analisar a obra de Gonzales Prada, no último dos *Siete Ensaíos*. Depois de afirmar que Gonzáles Prada foi o primeiro momento lúcido da consciência do Peru, Mariátegui descreve o processo da sua obra pós-morte:

Muerto Prada, la gente que no ha podido por estos medios socavar su ascendiente ni su ejemplo, ha cambiado de táctica. Ha tratado de deformar y disminuir su figura, ofreciéndole sus elogios comprometedores. Se ha propagado la moda de decirse herederos y discípulos de Prada. La figura de González Prada ha corrido el peligro de resultar una figura oficial, académica. Afortunadamente la nueva generación ha sabido insurgir oportunamente contra este intento. Los jóvenes distinguen lo que en la obra de González Prada hay de contingente y temporal de lo que hay de perenne y eterno. Saben que no es la letra sino el espíritu lo que en Prada representa un valor duradero. Los falsos gonzález-pradistas repiten la letra; los verdaderos repiten el espíritu (2007, p.215).

Entre as muitas tarefas que cabem aos que se atrevem a pensar a América Latina e seus desafios históricos atuais, uma delas certamente é a de ler *nossos* clássicos, entre eles Mariátegui, menos preocupados em repetir a letra e mais em repetir o espírito revolucionário que os guiou.

Referências Bibliográficas

ESCORSIM, Leila. *Mariátegui. Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FERNANDES, Florestan. “Prefácio”. In: MARIÁTEGUI, J. C. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. Alfa-Ômega: São Paulo, 1975.

_____. *Significado atual de José Carlos Mariátegui*. Revista Princípios, nº 35, São Paulo, Dez-Jan, 1995.

KAYSEL, André. *Nação ou socialismo: Mariátegui, Haya de La Torre e a Internacional Comunista*. Cadernos PROLAM/USP. Ano 11, vol. 1, 2012, p. 52-71,

KOHAN, Néstor. *Ni calco ni copia*. Ensaio sobre lo marxismo argentino e latinoamericano. Buenos Aires, 2002.

LACLAU, Ernesto. “Feudalismo y capitalismo en America Latina”. IN: *Política e ideología en la teoría marxista: capitalismo, fascismo, populismo*, Siglo XXI, México, 1978, p.10-52.

LÊNIN, V. I. “Sobre as tarefas do Proletariado na presente revolução”. In: *Obras escolhidas*. 2ª ed. Tomo II. São Paulo: Alfa-Ômega, 1988.

_____. “Relatório da comissão sobre as questões nacional e colonial – 26 de julho de 1920”. In: *Obras escolhidas*. 2ª ed. Tomo III. São Paulo: Alfa-Ômega, 2004.

MARIÁTEGUI, J. C. “Prólogo a *Tempestad en los Andes* de Luis E. Valcárcel”. In: VALCÁRCEL, Luis E. *Tempestad en los Andes*, Peru, 1927.

_____. *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.

_____. “Ideologia e política e outros escritos” In: *Mariátegui : Política revolucionária. Contribuição a la crítica socialista*. Tomo V. Caracas: Fundación El Perro e La Rana, 2010.

POMER, Leon. *As independências na América Latina*. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

QUIJANO, Anibal. “José Carlos Mariátegui: reencontro e debate”. In: MARIÁTEGUI, J. C. *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.

STÁLIN, J. *A Revolução na China e as tarefas da Internacional Comunista*. Discurso ao VIII Pleno do Comitê Executivo da Internacional Comunista. 24/05/1927. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/stalin/1927/05/24.htm> Acesso: 08/09/2013.

TSE-TUNG, Mao. “Sobre la nueva democracia”. In: *Obras Escogidas de Mao Tse-tung*. Tomo II, Pekin, 1976. Disponível em: <http://www.marxists.org/espanol/mao/escritos/ND40s.html>. Acesso: 15/09/2013.